
Estereótipo e os estereótipos na lingua portuguesa actual

Mário Vilela

Universidade do Porto

0. Um pouco de “história” do estereótipo

No início do séc. XIX *estereótipo* tinha apenas o valor de prancha com caracteres não móveis que servia para repetir a impressão diminuindo assim os seus custos. Por força das mudanças sociais e artísticas –a industrialização, a ascensão da burguesia, a valorização do individualismo, a eclosão do romantismo– surgiu a condenação dos clichés, dos lugares comuns, dos chavões, das ideias feitas, das expressões estafadas, e depois *estereótipo* ligou-se, por metáfora, ao valor de *frases estereotipadas*, esse valor de “repetição”, ganhando assim a palavra *estereótipo* uma conotação negativa que ainda conserva em alguns domínios.

A entrada do termo no domínio das ciências sociais veio em 1922 (Walter Lippmann) que o definiu como “pictures in our heads” e foi usado para designar o valor prototípico que os americanos atribuíam ao judeu, ao negro, ao sul-americano, etc. A sociologia retoma o termo para nomear as representações que os diferentes grupos sociais se faziam relativamente a outros grupos, representações essas que interferiam na própria interacção entre esses grupos. Por seu lado a psicologia social integra neste termo as representações colectivas congeladas que condicionam a nossa percepção e interpretação do mundo, as rotinas mentais que facilitam o acesso aos modos de actuar na vida de todos os dias, os chamados “scripts” dos diversos “cenários” do dia-a-dia. De todos estes matizes se cobre o significado da palavra, que deixa de ser linear e claro, pois remete para as noções de imagem e de representação, de conceito e categorização, de preconceito e de atitude, de juízo e pré-juízo, etc.

No âmbito da transdisciplinaridade crescente nos tempos actuais o termo entra na linguística por meio dos trabalhos de labovianos e pós-labovianos, englobado na tríade *indicadores – marcadores – estereótipos* com que se tenta explicar a variação linguística (Labov 1978). Mas foi sobretudo o trabalho de Putnam (1975)¹

¹ No fundo, o estereótipo faz parte do significado duma palavra, porque compreende traços associados frequentemente ao conteúdo da significação e compreende também marcadores sintácticos e semânticos (traços necessários para a categorização dos “objectos” aos quais se refere). Para Putnam “connaître la signification d’un mot peut vouloir dire: a) savoir la traduire, ou b) savoir ce qu’il désigne au sens de: avoir la capacité d’énoncer explicitement ce qu’est la dénotation (autrement qu’en utilisant le mot lui-même), ou c) avoir une connaissance tacite de sa signification, au sens d’être capable d’utiliser le mot dans son discours. Le seul sens dans lequel le locuteur moyen du langage connaît la signification de la plupart des mots est le sens” (Putnam 1990: 74).

que, mantendo o termo no domínio da sociologia para significar o que um locutor não “expert” tem de um termo, o integra assim na semântica. O termo continua o seu caminho interdisciplinar aplicado em semântica, em pragmática² e, depois, torna-se portador de qualquer forma de recorrência, por exemplo, no valor de estereótipos ilocutivos, fórmulas sintetizadoras de modas e correntes, etc.

No campo propriamente linguístico são várias as correntes que integram o termo: como a teoria da argumentação –análise das argumentações internas das palavras e das sequências de palavras–, a semântica referencial e particularmente a semântica cognitiva.

0.1. Estereótipo e sua significação social ou definição de estereótipo

O significado lexical é concebido como a associação do estereótipo ligado de modo permanente a uma palavra, que, por sua vez, se liga a outras representações semânticas. Este significado lexical –o estereótipo– e respectivas representações semânticas, a ele ligadas, estão sempre disponíveis para entrar no discurso sob forma de “argumentos” (Galatanu 1999: 46). É esta a significação global de uma palavra ou expressão. Esta significação global é transportadora de uma rede de crenças, de subentendidos, de pressupostos, que não têm uma descrição única e definitiva³. Os significados lexicais (ou linguísticos) dependem do meio social e físico onde irromperam e ganharam corpo –por isso, próprios de cada comunidade linguística, embora, por força da capacidade de associação com outros estereótipos, sejam susceptíveis de um valor mais ou menos generalizado⁴. O importante é que se tenha presente que nas operações discursivas há contágios de valores entre as palavras e contágios de estereótipos com outros estereótipos.

Para não falarmos no vazio, vamos ver referências concretas, em que o próprio termo “estereótipo” aparece nomeado. O jornal *Folha de São Paulo* (27.11.98) incluía um “especial” com o título “estereótipos” e com o subtítulo «Imagem dos cidadãos do

² Por exemplo, tornou-se sinónimo de *protótipo* (Moeschler / Reboul 1994), o de melhor exemplar de uma categoria.

³ Cfr. Galatanu (1999: 49): “je propose une description de la signification lexicale comm l’association du stéréotype, associé de façon durable au mot et faisant partie de sa signification, traditionnellement appelée ‘descriptive’ [au sens de Putnam], et d’autres représentations sémantiques (ou stéréotypes associés à d’autres mots), formant ainsi des arguments parmi lesquelles le discours en choisit un pour le déployer dans l’environnement qu’il construit pour chaque occurrence énonciative” e a “signification lexicale est porteuse elle-même non pas d’une croyance, mais d’un réseau de croyances qui ne peuvent pas être décrites une fois pour toutes”.

⁴ Cfr. Galatanu (1999: 50): “Les significations lexicales dépendent de notre environnement physique et social, sans que l’on remette en cause, dans cette approche, l’existence de représentations mentales universelles, virtuellement associables au travers des stéréotypes associés aux mots”. Veja-se também Putnam (1994) e Sperber (1996).

–Salta-Pocinhas, minha filha, tens de procurar outro ofício. Comer e dormir, dormir e comer também eu queria. Olé! Se ainda o não sabes, fica sabendo: *quem não trabuca não manduca*

(Ribeiro, RR 14).

1.2. Os provérbios como classe homogênea

Aos provérbios, vistos como classe homogênea, é-lhes atribuída uma autoria colectiva, transportando verdades e juízos de valor colectivo, representando um código cultural, lexicalizador de regularidades observáveis, feito de saber projectado para o futuro, prevendo e opondo-se assim à imprevisibilidade das coisas, e, por outro lado, interpretando os saberes adquiridos pela comunidade ao longo do tempo⁸. Os provérbios são assim um “stock” de juízos e valores acumulados: é a sabedoria popular, a “vox populi”. Deste modo quem cita um provérbio não é o seu autor. Quem o cita, é o locutor do provérbio, o juízo nele contido não entra na sua conta particular, não é o enunciador do seu conteúdo: é um enunciado “ecóico”⁹. O enunciador nem é o autor da forma – que é fixa, nem sequer pode escolher as palavras, nem a sua combinação –, nem é o autor do conteúdo, seja ele literal ou metafórico. Trata-se de um texto breve e sentencioso, anónimo, institucionalizado, com prosódia própria e dotado de uma fixidez, quase congelamento. Isto verifica-se pelo facto de o provérbio perder a sua configuração como tal, se houver uma parafraseação do provérbio, do género de:

Longe dos olhos longe do coração e

Dois seres que se separam faz com que arrefeça o seu amor

Toda a panela tem o seu testo e

Cada homem e cada mulher acabam por encontrar o homem e a mulher que lhe convêm

De facto houve uma distanciação da forma, embora fiquem alguns restos (ecos) do conteúdo, mas se não ficar o eco do provérbio, este tem um valor meramente episódico¹⁰.

⁸ Cfr. Simón (1996: 98 e ss.).

⁹ O provérbio tem uma interpretação na medida em que o locutor se faz eco dos pensamentos ou propostas de outrem (para a origem da designação e sentido, cfr. G. Kleiber 1999: 54)

¹⁰ Os exemplos dados por Kleiber são: “La langue va où la dent fait mai” (‘Cada um queixa-se onde lhe doi’), “A chaque pot son couvercle”, “Loin des yeux, loin du coeur”, “Qui trop embrasse mal étireint”, “Qui ne risque rien n’a rien” (‘Quem não arrisca não petisca’).

1.3. Juízo individual e juízo colectivo no provérbio

O provérbio, quando proferido ou enunciado, põe em jogo o enunciador que o usa e um enunciador colectivo (a comunidade que o criou)¹¹: quem cita o provérbio produz como que um “eco de um eco”. Serão provérbios aqueles que não têm dono, os demais (sentenças, aforismos, slogans, clichés, etc.) são os que têm um autor? Mas será o ter ou não ter autor suficiente para distinguir toda essa classe? Uma sentença desde que admitida pela comunidade não adquire um valor colectivo de verdade? Afirmações como: «vale mais rainha um dia do que criada toda a vida», ou «(ser homem de) antes quebrar do que torcer», «a minha Pátria é a língua portuguesa», «os últimos são os primeiros...», «sabe que nós sabemos que ele sabe»¹², etc., sabe-se quem são os autores e têm valor colectivo. As sentenças para passarem a provérbio é necessário que tenham as outras propriedades dos provérbios: que apresentem uma forma que lhe dê estatuto de provérbio. Vejamos enunciados tidos como sentenças de valor geral, de sujeito impessoal, na chamada “guerra da cor”, e certamente não são provérbios:

Negro comendo com branco a comida é do negro
 Negro em festa de rico, é o primeiro que aparece e o derradeiro que come
 Negro que furta é ladrão, branco que furta é barão
 Negro furta, branco acha
 O trabalho é do negro, a fama é do branco
 O branco na sela e o negro na garupa, o cavalo é do negro
 Negro só acha o que ninguém perdeu
 Negro não casa, se ajunta
 Negro não entra na igreja, espia
 Negro não morre, se acaba
 Negro não é inteligente, é espevitado
 Negro quando não suja à entrada, suja na saída
 Branco quando corre é atleta, negro quando corre é ladrão

e

Judas era branco e vendeu a Cristo
 Penico também é branco

¹¹ Cfr. Gouvard (1996: 57): “Un énoncé proverbial est un énoncé don’t l’interprétation échoïque implique nécessairement que l’énoncé don le locuteur se fait l’écho n’est lui-même interprétable que sous une forme échoïque”.

¹² “Guterres sabe quem é o ‘mentiroso’ [...]. Esteve por dentro das peripécias que há meses opunham os dois homens. Mas: parafraseando uma frase célebre, também sabe que nós sabemos que ele sabe” (*Público*, 14.12.99).

Carne de branco também fede
 Papel é branco e se limpa tudo com ele
 Roupa preta é roupa de gala
 Suor de negro dá dinheiro
 Negra é a pimenta e todos comem dela¹³

Estes enunciados são reformulações de sentenças que correm sob outras formas. Terão todas as condições para serem “provérbios”? Trata-se, contudo, seguramente de estereótipos.

O critério clássico em que se associa e se demonstra a propriedade de juízo colectivo é a expressão metalinguística constituída pela expressão indefinida «como diz o povo», «como se costuma dizer», «como dizia a minha avó» e não «como diz X (autor individual)». Trata-se do que se costuma dar como um dos traços da sinalização do provérbio, que, além da autoridade que lhe advém de representar o saber colectivo, o enunciador pode reforçar essa autoridade, dizendo: “Lá diz o provérbio (directamente)” ou utilizando a fórmula: “Lá diz o ditado”, “Todos sabem que”, “Já dizia a minha avó”, “Já dizia o outro”:

Como se costuma dizer mais vale prevenir do que remediar
 Como dizia a minha avó deitar cedo e cedo erguer dá saúde e faz crescer
 Como dizia o outro quem não trabuca não manduca

Mas podemos nomear um particular:

Como diz a minha avó / o meu vizinho: homem velho e mulher nova filhos até à cova

Isto é, a autoria colectiva, a autoridade institucional, admitem graduações. Eis exemplos em que não se põe em causa a não autoria individual do provérbio:

Eu acho que, uma vez por todas, nem tudo o que luz é ouro
 É bem lamentável que quem com ferros mata com ferros não morra
 Receio que cão que ladra não morda
 Tenho muito medo que em casa de ferreiro espeto de pau

Por-se-á em causa a validade geral do provérbio? O enunciador põe-se em desacordo com o autor do provérbio e mesmo apropria-se dele a seu bel-prazer:

¹³ Cfr. Simon (1996: 98 e ss.). Recordem-se as expressões *mancha negra*, *trabalhar como um negro*, *dias negros*, *mercado negro*, *ponto negro*, *maré negra*, *ano negro*, *humor negro*. “Negro” continua a ser um estereótipo disponível para a negatividade. Por exemplo, nas mudanças provocadas pela demissão de Santos Silva de “Porto 2001”, surgem múltiplas leituras e tudo era mudança e, por ex., acerca das “mudanças em Serralves”, diz-se: “A nomeação de Capelo e a razão pela qual nunca tomou posse é ainda hoje uma história cheia de buracos negros” (*Cartaz do Expresso*, 24.12.99).

Acho que o dinheiro não traz a felicidade (embora ajude muito)
Acho que o hábito não faz o monge

O enunciador torna-o seu: como se fosse um “SN”. Mas não se torna verdadeiro que ele seja o autor do provérbio, dele apenas se faz eco.

1.4. Provérbio como denominação

O que está em causa não é “*eu acho / penso que + prov*”, mas sim “verbo de opinião + prov”. Isto é, os provérbios são denominações de tipo muito especial: uma denominação, uma unidade codificada, fazendo parte do código linguístico, pois nomeia uma entidade geral, uma frase¹⁴. Este carácter de denominação, denominação frásica, é um conteúdo colectivamente fixado, e fixado á construção frásica, como o conteúdo de uma palavra está colectivamente fixado¹⁵. O enunciador não é o autor da forma, nem das palavras, nem do conteúdo, mas usa-o como uma denominação. O acento é colocado apenas sobre o conteúdo, a denominação. Por isso, «como se costuma dizer», isto convém aos provérbios e a qualquer tipo de expressões fixas e não apenas aos provérbios:

Como se costuma dizer, quem está mal muda-se
Como se costuma dizer, quem não tem cabeça escusa chapéu
Como se costuma dizer “O feitiço pode virar-se contra o feiteiceiro”¹⁶
Como se costuma dizer, “Guterres [está posto] à prova” (*Público*, 14.12.99).

E esta fórmula não funciona em combinações livres:

*Como se costuma dizer, já são oito horas

Mas o “provérbio” é um nome ou uma proposição? Se interpretarmos o provérbio como uma denominação, embora com um estatuto especial, deveremos interrogar-nos sobre se essa denominação tem o estatuto de nome ou de proposição. Efectivamente, uma expressão livre –um nome, um sintagma

¹⁴ “En tant que phrase, il ne devrait pas être signe (ou unité codée), puisque l’interprétation d’une phrase est une construction et non un donné préalable. En tant que dénomination, il est néanmoins une unité codée, c’est-à-dire un signe. Un signe-phrase donc, qui possède les vertus du signe sans perdre pour autant son caractère de phrase, de même que substantifs, verbes, adjectifs, etc., sont des dénominations qui conservent les attributs spécifiques des catégories grammaticales qu’ils représentent” (Kleiber 1994: 214).

¹⁵ “de même que le sens d’une unité lexicale est un sens “collectif”, de même le contenu, c’est-à-dire la prédication ou le jugement d’un proverbe, est “collectif” et non une affaire de particulier. Le caractère de vox populi des proverbes n’est donc qu’une conséquence de leur caractère de dénominations phrastiques» (Kleiber 1999: 65).

¹⁶ “O feitiço pode virar-se contra o feiteiceiro. As declarações de Manuel Maria Carrilho ao ‘Expresso’ soaram em São Bento como um desafio a Guterres” (*Público*, 14.12.99).

nominal ou grupo nominal ou preposicional – não se apresenta formalmente como necessariamente fixado ou fixo e representa, quando enunciada, uma representação episódica, uma representação mental ocasional¹⁷. Ao contrário, os conceitos associados aos provérbios são conceitos não episódicos, convocadores de todas as suas ocorrências, representação que é válida para uma representação limitada, mas todas as ocorrências seja qual for o seu campo de aplicação¹⁸. Isto é, o provérbio nem é um nome, nem uma proposição, mas sim um enunciado, um discurso institucionalizado que se desloca e se aplica integralmente num outro discurso.

1.5. Desproverbialização e usos dos provérbios

Como vimos, o provérbio é um enunciado (i) lexicalizado, (ii) sintacticamente autónomo (pode ocorrer no discurso sob a sua forma canónica), (iii) discursivamente autónomo (o seu uso não depende de uma interacção conversacional), (iv) fora do discurso tem um valor de verdade geral, (v) é anónimo. Outros traços como metaforicidade, força retórica e anomalia sintáctica não são apenas próprios do provérbio, como por exemplo, os aforismos e os slogans respondem a todos os quesitos de (i) a (iv), só que têm autor: aliás o slogan perfeito é aquele que apresenta forma proverbial.

Nos provérbios¹⁹ podemos analisar a estrutura, o sentido canónico, os aspectos culturais, o uso dos provérbios no discurso procurando ver como é que o sentido canónico nomeia uma situação que o actualiza de novo, ou o facto de o uso de um provérbio constituir a irrupção no discurso de uma outra isotopia que apenas lhe pode ser aplicada pela máxima griceana da cooperação. Sabe-se que o uso de um provérbio constitui o apagamento do enunciadador por detrás de uma enunciação colectiva e cultural, o que faz com que na conversação valha como um argumento irrefutável. Há que ver também outros aspectos do provérbio, como a frequência de uso e o seu uso na forma não canónica, em jogos de palavras²⁰.

¹⁷ “Le vrai nom s’oppose aux expressions linguistiques complexes non codés, qui ne répondent ni à la nécessité formelle d’être un signe fixe, ni à la nécessité d’être associés à un concept épisodique. Quand ces expressions son énoncées, elles provoquent la construction d’une représentation mentale épisodique; en d’autres termes elles fournissent une ‘description’ d’un objet épisodiquement représenté en mémoire à court terme” (Michaux 1999: 89).

¹⁸ “Les concepts associés aux proverbes son donc des conceptions non épisodiques, rassembleurs d’occurrences, et valides non pour une seule entité extralinguistique spatio-temporelle déterminée, mais pour un ensemble de telles entités” (Michaux 1999: 92).

¹⁹ Veja-se Arnaud / Moon (1993).

²⁰ Aspectos estudados, entre outros, por Grésillon / Maingueneau (1984), e, na linguagem da publicidade, por Grunig (1991).

Se alteramos o provérbio na forma ou no seu conteúdo, será o mesmo que mudar a sua denominação?²¹ O provérbio, forma fixa, pode ser desfixado, desconstruído por um jogo formal. O provérbio desproverbializado torna-se uma frase como qualquer outra frase de sentido genérico, perdendo o seu valor de signo codificado? Ou a desproverbialização é antes um argumento a favor do “valor colectivo e codificado” atribuído globalmente ao provérbio?

Dizemos que os provérbios são formas integralmente fixas: isto é, a totalidade dos seus elementos são fixos, podendo variar apenas um ou outro ajustamento flexional para adaptação ao discurso em que se inserem. Nestes casos é sempre possível desproverbializar por motivos lúdicos ou metafóricos, o que só demonstra o carácter da sua fixidez.

Os provérbios são frequentemente modalizados: diz-se que há modalização quando o conteúdo do provérbio é refutado pelo locutor, ou invertendo a polaridade do provérbio:

Roma e Pavia não se fizeram num dia, mas quando mais depressa se começar mais depressa se acaba

ou o seu conteúdo é posto em questão

O seguro morreu de velho, mas que interessa a morte se no cemitério também há flores?

ou o provérbio é citado e imediatamente refutado:

Nunca o invejoso medrou nem quem ao pé dele morou, pois são ambos farinha do mesmo saco

ou é modalizado por um advérbio ou adverbial:

Quem canta seu mal espanta, a não ser que cante tão mal que nem valha a pena cantar: basta só abrir a boca

A propósito da desconstrução / desfixação, deve notar-se que as construções livres se caracterizam pela existência de paradigmas que permitem substituições definidas pelas restrições de argumentos e por modificações e reestruturações que dependem da natureza semântica e sintáctica da relação existente entre o predicado e os seus argumentos. Podemos assim calcular o número de variações potenciais para uma dada construção. Qualquer transgressão a essas possibilidades é considerada como um erro ou incorrecção, como, por exemplo, a construção passiva com um verbo intransitivo. O único jogo possível é introduzir num

²¹ “La déproverbialisation est l’opération qui fait perdre au proverbe son côté dénominatif, pour ne lui laisser que son aspect de phrase” (Kleiber 1999: 66).

domínio de argumentos, característico de um dado predicado, um substantivo que não faça parte da classe semântica em questão. A literatura serve-se desta possibilidade de modo constante no quadro da metáfora.

Pelo contrário, as sequências com restrições, como é o caso dos provérbios, não admitem esta possibilidade. Por um argumento *a contrario* o congelamento pode ser posto em evidência por força do efeito provocado pelo jogo da desfixação, que consiste em quebrar a carcaça que caracteriza as sequências congeladas. A desfixação consiste em abrir paradigmas onde eles não existem. Este golpe mortal encontra-se muito na imprensa onde os jornalistas querem chamar a atenção dos seus leitores. O efeito de surpresa esperado faz realçar o facto “fixação”. A desfixação assim operada não é considerada como um erro, como acontece nas transgressões sobre as sequências geradas segundo as regras, mas como uma actividade lúdica. Eis alguns exemplos:

Ajuda-te e a Telecom te ajudará

Silêncio, vai-se ouvir o nosso primeiro

O poder está em boas mãos (PS: eleições de 1999, fotografia sorridente de Guterres)

Vote agora e pague depois

A nova máquina sempre velha (Oxímoro: slogans publicitários)

A desfixação pode incidir sobre grupos nominais de todo o género. Nas palavras cruzadas surge também a desfixação. Por exemplo, «É como um peixe na água» (cetáceo), «se é lançado é porque é mau» (sorte), «nome que se pode dar a rigor» (austeridade). A técnica consiste em definir um termo misturando a leitura congelada e a leitura composicional. Pode ser tomada da expressão fixa, apenas do sentido, ou da leitura composicional. Isto é, o jogo de palavras mostra a importância do discurso repetido na língua.

1.6. Outros aspectos do uso de provérbios

Os provérbios como as demais formas fixas (ou fraseologias) ocorrem de forma muito variada, nas diferentes comunidades linguísticas e, dentro da mesma comunidade, a sua ocorrência depende dos meios de comunicação, oral ou escrita. Na conversação, teremos de ver se ocorre na conversação normal ou se apenas em certos tipos de conversação. Na escrita, distinguimos os “média” e os textos literários ou na conversação quotidiana. Devemos ainda averiguar em que ponto dos textos são inseridos: nos títulos, em posição inicial do enunciado ou em posição final? A sua função varia de acordo com a posição no enunciado: na posição intermédia tem a função clássica do provérbio, que é a de argumento discursivo; se no título, procura atrair a atenção e resumir o conteúdo do texto por meio de uma fórmula conhecida, estabelecendo uma certa convivência com o

destinatário. E é esta última a que ocorre normalmente. Em posição final, parece corresponder ao desejo de fechar o discurso de uma forma ritualizada e com elegância. Esta posição não é neutra: *in cauda venenum*.

É evidente que estes traços não nos dizem como é que os provérbios realizam os efeitos bons ou maus no discurso. Na forma canónica ou como suporte no jogo de palavras, nos jornais, o uso do provérbio parece ser uma marca ritualizada de transição, a indicação de que se passa de uma cena a outra, ou de um tema a outro. A citação pode dar-se na forma canónica e integral, recuperando o valor total. Mas pode haver truncação, e quais são os elementos que podem ser citados e truncados? Se há substituição: quais os elementos substituídos? Quantos elementos lexicais são (ou podem ser) substituídos? Por exemplo, em:

De noite todos as notas são pardas
Não guarde p'ra amanhã, telefone hoje

Pode haver inversão dos elementos e quais os elementos do provérbio possíveis dessa inversão?

Vote agora e pague depois
A fome justifica os meios

Mas a truncação nem sempre é possível: se podemos truncar expressões nominais como em “Tal pai...”, “A bom entendedor..”, “Ajuda-te e..”, já não o podemos fazer em “Tempo é dinheiro”. É necessário que antes da cesura o sentido seja previsível, de contrário não funciona. A truncação do provérbio²² representa uma conivência, uma cumplicidade entre os interlocutores: pressupõe-se que ambos sabem de cor e poupam-se o trabalho e assim se reforça o papel do saber partilhado. Mas que espécies de redução? Pode haver redução ao nível inferior: nome, verbo, advérbio?

Uma outra pergunta que surge é: qual a exploração que se faz dos provérbios? Os provérbios são ou não aproveitados como alavanca argumentativa? Ou os provérbios são apenas usados como clichés? Quanto menores forem as dimensões dos provérbios, melhor se prestam a condensar o conteúdo. Por vezes a redução deixa o provérbio no esqueleto.

Eis perguntas que nos surgem no fio dos dias, ao lermos jornais, ao ouvirmos rádio, ao vermos televisão: quais os provérbios que servem de eco aos seguintes sublinhados dos textos ou qual o efeito “ecoico” desses provérbios nos enunciados?

²² Aliás, a truncação pode dar-se em qualquer forma fixa, em qualquer fraseologia: “Guterres à prova” (= posto à prova) (título de Editorial de *Público*, 14.12.99).

Eu não me importa que digam que é pornográfico. Posso não gostar. *Quem tem boca diz o que quer*. Eu escrevi o que quis (Ubaldo Ribeiro, *Público*, 1.12.99, a propósito das críticas ao seu livro *A Casa dos Budas Ditosos*).

Não guarde pr'amanhã, telefone hoje (Publicidade radiofónica a tratamentos contra a obesidade).

Mostre convicadamente os seus sentimentos e desejos. Não tema enfrentar situações desagradáveis e seja “pão pão, queijo queijo”. Não aceite nem deixe passar em claro atitudes menos correctas de outros (*Pública*, Cartas da Maya, 12.12.99).

Os provérbios representam a “sabedoria do povo”, os chamados “topoi” que desenham as rotinas mentais de actuação dos elementos de uma comunidade. Os seus “topoi” saltam de imediato aos olhos:

Três foi a conta que Deus fez

Três coisas destroem o homem: muito falar e pouco saber, muito gastar e pouco ter, muito presumir e pouco valer

Três coisas mudam o homem: a mulher, o estudo e o vinho

e

Ver para crer

Uma coisa é ver, outra é ouvir

É ainda interessante averiguar em que medida uma comunidade linguística usa e abusa dos provérbios. Se eu comparar as comunidades brasileira, portuguesa e moçambicana (a lusofalante), verifico que em Portugal se usam muito –e não apenas o povo– os provérbios, mas não todos, apenas umas dezenas. Surgem sobretudo nos jornais, nos títulos, que depois são retomados ao longo do artigo, ou na parte final. Na comunidade brasileira, a sua frequência é ainda maior e de forma mais aprofundada linguisticamente do que em Portugal. Na comunidade moçambicana, os provérbios de origem europeia ocorrem raramente, os que surgem são os provérbios como sombra ou eco dos provérbios, sentenças das línguas locais.

2. Fraseologias e estereótipos

Se os provérbios dinamizam o texto argumentativo, o texto narrativo, a trama discursiva na conversação, são contudo as fraseologias o “locus” em que os estereótipos mais se manifestam. E não se pense que a insistência no tema dos estereótipos seja um esforço para ver em tudo um “estereótipo”, quer no sentido negativo, preconceito, “parti pris”, quer no sentido de “rotina mental”, “script” para a actuação na vida quotidiana. As referências nos jornais são constantes. Mas são

as fraseologias de cariz sentencial, eco de provérbios, de referências bíblicas ou históricas, as que mais ocorrem. Isto acontece nos jornais, na vida diária, na literatura, sobretudo com determinados escritores.

Vejam os jornais. Ainda, aquando da transição de Macau para a China, podíamos ler o seguinte: “Em Macau, duas comunidades vivem há mais de 400 anos de *costas voltadas* uma para a outra [...]. Um *mundo de estereótipos*, de incompreensões, de desencontros, cujo único legado cultural comum parece ser o ‘yam cha’, o ‘chau min’ e o pastel de nata”²³. Será o viver “de costas voltadas”, um estereótipo “português” ou “chinês”?

O “relógio do tempo”, por exemplo, não será um tópico essencial na expressão do estereótipo: o nosso “dar tempo ao tempo”, a expressão do nosso gerir o tempo sem tempo²⁴, o que equivale a «não saber aproveitar o tempo», «os portugueses são mais lentos», «os portugueses são preguiçosos, lentos»²⁵. Podemos alongar-nos em exemplos. Na célebre batalha verbal entre Artur Santos Silva –ex-comissário de “Porto” Capital da Cultura– e o ministro da Cultura surgiram textos do género de:

Tanta pedra no mesmo cão é sinal de que o animal não tem razão. E já lhe [ao ministro da Cultura] chamaram “*umas poucas de coisas*” de *calibre razoável* –e não são coisas da *boca para fora*; são coisas pensadas –diria mesmo– amadurecidas, reflectidas e intencionadas (*Independente*, 19.11.99) e “*Midas transformava tudo aquilo em que tocava em ouro.* Há quem desfaça aquilo em que toca. É o caso do ministro da Cultura” (*Independente*, 11.11. 99).

Guterres terá dado garantias a Artur Santos Silva de que o ministro não *pisaria o risco* nas explicações ao Parlamento. Pois bem: Carrilho apareceu eriçado diante dos deputados e *partiu ainda mais loiça.* *Os cacos, esses chegaram ao gabinete do engenheiro* (*Independente*, 19.11.99).

E as desconstruções dão-se tanto nas fraseologias como nos provérbios:

o jornalismo português em geral confunde o *quarto poder* com o quarto do poder. Há demasiados jornalistas no *quarto do poder* (*Público*, 19.12.99).

A propósito da escolha da personalidade do século, tenta-se caracterizar o Portugal provinciano e faz-se por meio das marcas de estereótipos:

²³ “Macau. Dois mundos no mesmo lugar”, *Público*, 19.12.99.

²⁴ No jornal *Público* (20.12.99) referia-se “que os chineses têm por hábito chegar antes do tempo [...], mas que a influência portuguesa acabou por levá-los a chegar atrasado [...] e que o tempo chinês, muito tenso e rígido, se terá afrouxado de modo a comportar momentos de pura fruição do próprio tempo”.

²⁵ “Macau. Dois mundos no mesmo lugar” (*Público*, 19.12.99).

Salazar ganhou. É “figura nacional” do século. Na votação de quem segue a SIC e lê a “Visão”. Sem surpresa... Ele foi o líder pequeno, mesquinho e provinciano de um país pequeno, mesquinho e provinciano, contou com o apoio do português anónimo, pobre e indiferente. Só assim se explica a sua longevidade... Portugal... durante décadas foi um país acomodado, ensimesmado, sombrio, sem ambição, sem diversidade, sem coragem. Salazar reinou sobre um Portugal parado no tempo, *pobrete mas alegrete* (Público, 30.12.99).

A opção por expressões “politicamente correctas”, no sentido que lhe é dado pelo texto a seguir apresentado, será já não um estereótipo apenas português, mas antes um dos estereótipos da nossa época. Vemos que surgem tanto estruturas fixas e congeladas como estruturas do domínio da técnica livre do discurso:

Para uma certa esquerda norte-americana dos anos 60 ficava mal chamar negros aos negros e índios aos índios. Passaram a “*afro-americanos*” e “*nativos americanos*”. Assim começou a moda do **politicamente correcto**. Em Portugal a revolução semântica iniciou-se há alguns anos, pela promoção das “*criadas de servir*” a “*empregadas domésticas*” (actualmente *auxiliares de apoio doméstico*) e dos “*empregados*” (de comércio e serviços) a “*colaboradores*”. Lentamente estabeleceu-se o novo léxico das profissões consideradas menores; os carteiros passaram a *técnicos de distribuição postal*, os *caixeiros viajantes* a *técnicos de vendas*, as meninas dos correios a *técnicas de exploração postal*, os jardineiros a *técnicos de manutenção de espaços verdes*, os varredores a *técnicos de higienização urbana*, os estivadores a *técnicos de manipulação e deslocação de cargas e descargas*, etc. Aboliram-se os contínuos. Passaram a *auxiliares administrativos*. Que, no caso particular das escolas e hospitais, se chamam *auxiliares de acção escolar e de acção médica*. Os *técnicos de apoio geral* (na administração postal). A revolução linguística invadiu o nosso quotidiano. O nível zero corresponde ao *rés-do-chão* e a cave ao menos um. O ruído chama-se *poluição sonora* e os lixos, *resíduos urbanos*. As *cabines telefónicas*, os *bancos de jardim*, os *marcos do correio* e os *postes de iluminação*, apesar de fixos, são “*mobiliário urbano*”. Nos autocarros deixámos de picar bilhetes. Validamos títulos de transporte, ou seja, obliteramos. Nesta altura a companhia Carris inventou um novo significado para o verbo “obliterar” e o novíssimo substantivo “obliterador”, no caso a máquina que pica os bilhetes. Proibido fumar é, na semântica da aviação comercial, “*voo azul*”... também deixou de haver regiões atrasadas. O Alentejo é uma *zona de desenvolvimento sustentado* e o Casal Ventoso, *uma área urbana sensível aos grupos populacionais vulneráveis a condutas alternativas*. Na economia deixou de haver falências. Há *empresas com insustentabilidade financeira*. Os prejuízos são *crecimentos negativos*.... Acabaram-se os despedimentos. Há *ajustamentos de efectivos com racionalização e optimização de recursos humanos*. Obviamente também deixou de haver desempregados. Existem cidadãos à procura de emprego, que a partir da *faixa etária dos 45 entram em pré-reforma antecipada*. E pobre é um *indivíduo de recursos económicos sensíveis*... E há que atribuir novos significantes às

realidades particularmente desagradáveis. Uma prisão é um *centro de detenção* (ou de *reinserção social*, no caso dos jovens). Um *asilo de velinhos* é uma *unidade geriátrica*... estrutura *familiar monoparental* quer dizer *mãe solteira*... Há já alguns anos que deixou de haver *doentes*. Existem *utentes*... os *serviços de urgência* passam a chamar-se... “*emergências*” (*Público*, 19.12.99)[o itálico é meu].

Uma outra expressão “marca” do nosso tempo –*branqueamento de dinheiro*– passa a ponto de partida para outros domínios, como **branqueamento da imagem**: “O senhor procurador-geral da República [...] iniciou uma *campanha de branqueamento da imagem* nunca vista” (*Independente*, 19.11.99). Expressões tiradas do imaginário nacional servem nos jornais para caracterizar atitudes políticas e comportamentais do género de:

Passei do lá vamos cantando e rindo para a Internacional Socialista (afirmação de um militante de esquerda).

Se nos jornais verificamos o uso generalizado de fraseologias –e mesmo de provérbios–, embora mais nuns do que noutros, na literatura já vemos um uso diferenciado de escritor para escritor. Se tomarmos dois dos escritores actuais mais marcantes na literatura portuguesa, no concernente ao uso de fraseologias / provérbios –António Lobo Antunes e José Saramago– verificamos uma diferença abissal entre os dois. Em Saramago quase não há página, tanto dos romances como nas *Crónicas* ou *Cadernos de Lanzarote*, em que não ocorram as estruturas com todas as letras ou como eco / desconstrução dessas construções; já em Lobo Antunes se dá precisamente o contrário: percorremos todas as páginas da *Exortação aos Crocodilos* sem encontrar nada ou quase nada dentro desse género de processos. Tomemos apenas alguns exemplos de *FP* e encontramos de tudo neste género:

- títulos de *Crónicas*: “A mão que embala o berço...”²⁶, “De cabeça perdida”, “País real, real país”, “A rainha vai nua”, “O velho, o rapaz e o burro”.
- no início da “Crónica”: “Sempre duvidei ter a montanha parido um rato que a história diz”. (pg. 64),
- no final da “Crónica”: “A letra é do escritor, a tabuleta é a do ofício” (pg. 162)²⁷, “Fosse o caso e outro galo nos cantaria” (pg. 194).

²⁶ E o título tem logo continuação no início da *Crónica*: “...governa o mundo” (pg. 200) e toda a crónica é um decompor e desconstruir da expressão.

²⁷ É um eco de “A letra não condiz com a careta / tabuleta”.

3. O estereótipos nas simples palavras

Se a alma de um povo se encontra na sua língua, nas suas categorizações do real vivenciado ou sonhado, são muitos os sinais de que as individualidades nacionais vão perdendo as suas fronteiras reais e os limites vão se esbatendo no universal. Vamos tentar equacionar as “chaves” –os chavões– que dêem nas fechaduras das portas do nosso tempo. Após a abertura das portas do milénio, os lugares identificados e individualizados vão se tornando em “não lugares”, obedecendo ao esquematismo da eficácia: as zonas de serviços, as auto-estradas, os “spots” publicitários, os produtos “mcmacdonaldizados”, os restaurantes “fast-foodizados”, a música, a moda, os divertimentos, os gostos, tudo isto conheceu a mundialização²⁸. As palavras, como não podia deixar de ser, reflectem a globalização.

Vamos tentar encontrar nos labirintos do nosso tempo, os seus lados “sombra” e os seus lados “luz”, o que o faz “engrenar” e quais os grãos de areia na engrenagem, qual a música para a “dança” do nosso tempo (“consoante se toca assim se dança”), quais os mapas dos dizeres do nosso tempo (“a necessidade aguça o engenho”), as nossas maldades e bondades, os nossos tiques e manias, os nossos santo e senha, as nossas cartilhas e os nossos manuais, as nossas farsas e os nossos farsantes, as nossas molduras, os nossos figurinos, os nossos esquemas, os nossos trejeitos. Saber através da língua qual a criança que trazemos nos braços.

3.1. As nossas grandezas e as nossas fraquezas através do léxico²⁹

A língua portuguesa começou a fazer-se língua ao longo do milénio que acabou, fez-se “continente” nas Américas, fez-se “ilha” ao longo das costas, fez-se “crioulo” através do mundo. É hoje língua colorida nos trópicos, é língua crioualizada através do mundo. Viveu as amarguras do crescimento, vulgarizando-se nas ruas e nos cais dos nossos portos, vestiu-se de gala na relatinização do Renascimento, gongorizou-se e puritanizou-se nas academias do século XVIII. O povo anónimo e o povo culto chegaram até nós em pleno convívio: provérbios e expressões populares surgem na boca iluminada dos políticos e na boca plebeia da mesma forma, com requinte ou sem requinte³⁰. Entramos no século XXI com a língua portuguesa forte³¹. E aparente ou realmente –pelo menos, na língua– deu-se a **integração e a globalização**.

²⁸ As únicas fronteiras existentes são as que se verificam entre os ricos e os pobres, entre os empregados e os desempregados, os cidadãos e os marginalizados.

²⁹ Baseio-me em Buarque (1995), Sontag (1998) e em textos do jornal *Público*.

³⁰ Recordo ainda quando, na década de 60, frequentava a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, me chamavam a atenção quando deixava deslizar uma ou outra expressão tida então como “popular”, mesmo qualquer expressão ou enunciado proverbial.

³¹ Moçambique, por exemplo, tem feito nos últimos anos mais pela língua portuguesa do que Portugal fez durante quatrocentos anos.

Pensar é interpretar: mais do que recriar e fabricar o homem, o pensamento tem por função interpretar o mundo, fabricando-o. Essa interpretação é feita em grande medida através de símbolos, de mitos. E os símbolos e os mitos podem dar vida ou podem matar³². Arredondámos³³ o mundo no século XV, reduzindo a terra à figura geométrica perfeita: a de círculo. Passo a passo fomos ocupando a Terra, habitando-a, colonizando-a, até chegarmos às “cidades digitais” e digitalizadas, à integração mundial: mundialização e globalização são hoje lugares comuns. Partilhamos militantemente o poder, a tecnologia, os produtos: a Coca-Cola, a NIKE, as CNNs, os McDonalds são conhecidos por todas as crianças da Terra. A viagem da utopia à realidade foi feita progressiva e eficazmente. O mundo deixou de ser, nestes últimos 30 anos, um conjunto de ilhas e continentes isolados. Chegámos ao ano 2000 com todos os homens em comunicação directa –um desabamento de uma casa em Foggia, ou um cataclismo em Moçambique enche os “media” mesmo em cima do acontecimento–, quase em uma só cultura: os mesmos slogans, os mesmos sons, os mesmos gostos, as mesmas modas, os mesmos entusiasmos. O consumo de massas, a comunicação de massas, tornou-nos “massa anónima”. A tecnologia tornou-nos em rambos tecnológicos. As pessoas vivem como deuses em Olimpos de fantasia, a mulher emancipou-se, “black power” e “black is beautiful” (são palavras de ordem de milhões de seres), a libertação sexual –a opção sexual deixou de ser tabu–, as descolonizações passaram à história, o fim das guerras frias, as promessas da engenharia genética a prometer revoluções ao rosto dos futuros homens e beleza à estética das mulheres. As palavras socialismo, capitalismo perderam sentido, suavizaram o seu aspecto feroz e foram substituídas por palavras mais “p’rá frentex”, como desenvolvimento, modernidade e pós-modernidade. Mas, após a integração e a globalização, deu-se **desintegração do homem: o apartheid social**.

É que a “aldeia global” desintegrou o homem³⁴: as barreiras sociais acentuaram-se. Houve o retorno dos mitos. Os donos do planeta e as suas máfias controlam tudo e todos. Os Rambos tecnológicos enchem de vírus os céus da Internet, invadem os pentágonos blindados mais do que a sete chaves, assaltam cofres fortes em simples operações de informática. Os *cow-boys* ufanistas do nosso tempo proclamam-se donos do mundo e ocupam os espaços nobres das nossas leituras e entretenimentos.

³² “Todo o pensamento é interpretação”, “as metáforas e os mitos matam” (Sontag 1998: 99 e 107).

³³ “O mundo foi arredondado no século XV pelos descobridores. Quinhentos anos depois, ele foi encolhido para todos os habitantes do planeta” (Buarque 1995: 34).

³⁴ “O ano 2000 apresentará um planeta com todos os homens em comunicação directa, em uma só cultura, mas em duas sociedades, separada por brutal **apartação**, que afasta os que têm acesso às novas técnicas daqueles condenados às velhas técnicas do passado, os que ingressaram dos que ficaram excluídos do poder dos novos conhecimentos” (Buarque 1995: 28). “A idéia é criar um termo que mostre o desenvolvimento das sociedades contemporâneas, separadas por classes, e não por raças, como indica o termo **apartheid**” (Buarque 1995: 33).

Os empregados e os desempregados confundem-se: os desempregados arrumam “dinheiro” à custa dos empregados. É o fim das utopias. É o reconhecimento da nossa impotência: «Nas últimas décadas... o homem percebeu que não controla e até desorganiza o clima, suja as águas, destrói recursos, polui a atmosfera, aumenta a desigualdade e constrói a apartação» (Buarque 1995: 68). Deu-se a morte das elites, perde-se o sentido crítico vindo do tempo do iluminismo e tornamos-nos “massa” e os “media” tratam-nos como tais. As elites intelectuais, os “clerics” tornam-se boulevardianos e palacianos. Mesmo o “quarto poder” passou a servir-se da sua força para ocupar também o “quarto do poder”.

3.2. Os nossos pequenos “vícios”

Vimos o que se passou no mundo de Helmut Kohl. Mas este traço é comum em todo o planeta. Limito-me a detectar as fraseologias –as frases (já) feitas e as que se estão fabricando relativas a Portugal:

Num país com as características de Portugal, onde a sociedade civil depende demasiado do Estado, onde existe, mesmo no mundo empresarial, uma *cultura de mão estendida* à espera do *subsídio público*, onde é o Estado que, através dos seus investimentos e da obra pública, é o principal cliente de muitas empresas, a *falta de transparência* nos financiamentos partidários ganha especial gravidade. Até porque pode rodear-se de uma componente ainda mais sombria: ou servir para o enriquecimento pessoal de alguns ou colocar os partidos na dependência dos seus *“angariadores de fundos”* e dos interesses que estes representam. Neste quadro parece prudente proibir o financiamento partidário por empresas –até porque as empresas não têm *ideologia*, têm *interesses*, e se “investem” numa candidatura é porque esperam tirar daí algum benefício... Ninguém ignora que hoje, apesar de as empresas poderem financiar legalmente os partidos, boa parte desses financiamentos já é feito *“por baixo da mesa”*? (*Público*, 30.12.99).

Há a ideia de que os partidos quando chegam ao poder se aproximam sobretudo dos cofres do poder, nomeando “boys” para os cargos mais apetitosos, pagando favores. Corre em língua portuguesa a referida palavra “boys”, mas é mais funda a expressão brasileira para caracterizar esse traço-estereótipo do nosso tempo:

Os brasileiros criaram para estes caudatários [do poder] um termo definitivo: o de ‘aspone’. A etimologia de ‘aspone’ é tão legítima como a de ‘cadáver’ (sequência das sílabas iniciais das palavras *cara data vermibus*), mas o seu significado é bem mais álcere e festivo. *Aspone* é o ‘assêssôrr dji porra nenhuma’. Ora os membros do Governo e os seus séquitos de aspones do regime viajam muito e falam ainda mais, o que lhes cria um sério risco de esgotamento cerebral no curto prazo (*Diário de Notícias*, 30.12.99).

Bibliografía

- Arnaud, P. J. L. / Moon, R. (1993): “Fréquence et emploi des proverbes anglais et français par les locuteurs natifs et leur sélection didactique”, in Plantin, A. (ed.): *Lieux communs, topoï, stéréotypes, clichés*, 323-341 (Paris: Kimé).
- Buarque, C. (1995): *A Cortina de Ouro. Os Sustos do Final do Milénio e um Sonho para o Próximo* (São Paulo: Paz e Terra).
- Carel, M. / Ducrot, O. (1999): “Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative”, *Langue Française*, 123: 6-26.
- Galatanu, O. (1999): “Le phénomène sémantico-discoursif de déconstruction-reconstruction des topoï dans une sémantique intégrée”, *Langue Française*, 123: 46-51.
- Grésillon, A. / Maingueneau, D. (1984): “Polyphonie, proverbe et détournement”, *Langages*, 73: 112-125.
- Gouvard, J. M. (1996): “Les formes proverbiales”, *Langue Française*, 110: 49-63.
- Grunig, B. (1991): *Les Mots de la publicité* (Paris: Presses du CNRS).
- Kleiber, G. (1994): *Nominales: essais de sémantique référentielle* (Paris: Armand Collin).
- Kleiber, G. (1999): “Les proverbes: des dénominations d’un type ‘très spécial’”, *Langue Française*, 123: 52-69.
- Labov, W. (1978): *Le Parler ordinaire* (Paris: Minuit).
- Michaux, M. C. (1999): “Proverbes et structures stéréotypées”, *Langue Française*, 123: 85-104.
- Moeschler, J. / Reboul, A. (1994): *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique* (Paris: Seuil).
- Putnam, H. (1975): “The meaning of meaning”, in *Philosophical Papers*, vol. 2: *Mind, Language and Reality*: 215-271 (Cambridge: Cambridge University Press).
- Putnam, H. (1990): *Représentation et réalité* (Paris: Seuil).
- Putnam, H. (1994): *Le Réalisme à visage humain* (Paris: Seuil).
- Ribeiro, RR = Ribeiro, Aquilino (1987): *Romance da Raposa* (Lisboa: Bertrand).
- Sarmago, FP = Sarmago, José (1989): *Folhas Políticas: 1976-1988* (Lisboa: Caminho).
- Simón, M. L. Mexias (1996): *O Falar da Escravidão* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro).
- Sontag, S. (1998): *A Doença como Metáfora e a Sida e as suas Metáforas* (Lisboa: Quetzal).
- Sperber, D. (1996): *La Contagion des idées* (Paris: Odile Jacob).